

## Gênero, sexualidade e infância: (Con)formando meninas

*Magda Sarat\**

*Míria Izabel Campos\*\**

### **Resumo:**

O artigo apresenta reflexões construídas nas trajetórias de duas professoras de Pedagogia de uma universidade pública localizada no interior da Região Centro Oeste e tem como foco pesquisa de Mestrado em Educação. A investigação realizou-se com professoras da Educação Infantil e objetivou conhecer e compreender como viveram/construíram concepções de gênero e sexualidade nas diversas relações interpessoais, nos espaços privado e público, uma vez que foram educadas e cuidadas para corresponderem aos comportamentos “ditos” de meninas, conforme padrões sociais e históricos dominantes. A metodologia efetuou-se com estudos em autores que discutem a infância, a Educação Infantil e interfaces com os temas gênero e sexualidade e usou-se a História Oral Temática, quando se registraram as memórias de infância. Nas análises evidenciaram-se aprendizados permeados por silêncios; cuidados e educação buscando uma feminilidade exigida como legítima, assim como uma forma considerada “normal” de sexualidade. Constatou-se que assertivas das diferenças de gêneros, de lugares previstos para meninas/meninos fizeram parte da infância das colaboradoras da pesquisa.

**Palavras-chave:** Memórias. Educação Infantil. Gênero e Sexualidade.

\* Magda Sarat é Doutora em Educação, Pós-doutorado pela Universidade de Buenos Aires-UBA, 2013, é professora adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e coordenadora do PPGedu em Educação Atua nas áreas de Fundamentos da Educação Infantil, Infância, História da Educação, História da Criança, Gênero e Memória. Endereço eletrônico: magdaoliveira@ufgd.edu.br.

\*\* Míria Izabel Campos é Graduada em Psicologia, Mestre em Educação, é professora na Universidade Federal da Grande Dourados e na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Atua nas áreas de Educação Infantil, Formação de Professores/as, Gênero, Sexualidade e Educação e Pesquisa em Educação. Endereço eletrônico: miriacampos@ufgd.edu.br.

## Gender, Sexuality and Childhood: (Con) Forming Girls

### *Abstract*

This article aims to present the many reflections that were constructed in the course of the professional trajectories of two Pedagogy teachers from a public university located in the countryside of the West Central region of Brazil and its focus is on a research of a Master's Program in Education. The research was conducted with early childhood education teachers and it aimed to know and understand how the concepts of gender and sexuality were built/experienced in the various interpersonal relationships that take place in the private and public spaces, since children were educated and taken care of to match the said girly behaviors, according to dominating historical and social patterns. The methodology was performed with the use of studies in which authors discuss childhood, Early Childhood Education and their connections with gender and sexuality issues. We used the method of Thematic Oral History to register the childhood memories. In the study, it was evident that the learning process was permeated with silences, caring measures and education that searched for some femininity required as legitimate and as a "normal" form of sexuality. It was found that assertions concerning gender differences and areas designated for girls/boys were part of the childhood of the people that participated in the research.

**Keywords:** Memories. Early Childhood Education. Gender and Sexuality.

## Género, Sexualidad e Infancia: (Con) Formando Niñas

### *Resumen*

El artículo presenta reflexiones construidas en las trayectorias de dos profesoras de Pedagogía de una universidad pública ubicada en el interior de la Región Centro Oeste y tiene como foco la investigación de Maestría en Educación. La investigación se realizó con maestras de Educación Infantil y tuvo como objetivo conocer y comprender cómo experimentaron / construyeron concepciones de género y sexualidad en las diversas relaciones interpersonales, en los espacios privado y público, una vez que fueron educadas y cuidadas para corresponder a los comportamientos "dichos" de niñas, según patrones sociales e históricos dominantes. La metodología se llevó a cabo con estudios de autores que discuten la infancia, la Educación Infantil e interfaces con los temas género y sexualidad y se usó la Historia Oral Temática, cuando se registraron las memorias de infancia. En los análisis se evidenciaron aprendizajes impregnados por silencios; cuidados y educación buscando una feminidad exigida como legítima, así como una forma considerada "normal" de sexualidad. Se constató que afirmaciones de las diferencias de géneros, de lugares previstos para niñas / niños, formaron parte de la infancia de las colaboradoras de la investigación.

**Palabras clave:** Memorias. Educación Infantil. Género y Sexualidad.

## **Introdução**

Nas últimas décadas do século XX, no Brasil, vimos emergir movimentos reivindicatórios por uma sociedade mais justa, democrática, igualitária, que respeite as diversidades de classe, raça, gênero, etnia e geração. Adentramos o século XXI e cada vez mais fazem parte da “cena social” (ELIAS, 1994) os debates, e embates, em prol de garantias para que todas e todos possam viver com liberdade suas orientações sexuais e construir relações de gênero mais íntegras e equânimes.

Sabemos que nesse campo as discussões são tensas, pois implicam a problematização de relações de poder estabelecidas socialmente a partir de concepções de masculinidade e feminilidade tidas como “verdades” naturais e absolutas (FELIPE, 2008). Mas, se acreditamos na necessidade, ou melhor, na urgência de mudanças significativas na realidade brasileira, que ainda convive com crimes homofóbicos e altos índices de violência contra as mulheres, nós precisamos assumir responsabilidades para que transformações se efetivem.

Imbuídas de compromisso ético com a formação de futuros/as professores/as, desde o ano de 2008 temos desenvolvido projetos de pesquisa<sup>1</sup>, ensino e extensão que estudam a temática de gênero, sexualidade, infância e suas interfaces com a Educação Infantil. Fizeram, e fazem parte da nossa caminhada, muitos entraves, questionamentos, tentativas de desqualificar os trabalhos, embaraçar e/ou mesmo excluir as alunas que conosco desenvolveram e desenvolvem Trabalho de Graduação (TG) e Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC) sobre o tema. Em contrapartida, percebemos a carência de abordagens relativas à sexualidade, ao corpo, às discussões acerca de comportamentos esperados de meninas e de meninos, demonstrando a necessidade de intervenções mais frequentes e contínuas que promovam mudanças significativas nas práticas pedagógicas.

Nesse contexto, trazemos para o debate reflexões construídas nas nossas trajetórias como professoras do curso de Pedagogia de uma universidade pública localizada em uma cidade do interior da Região Centro Oeste, e, especificamente, este artigo é oriundo de pesquisa rea-

lizada para uma dissertação de Mestrado em Educação, defendida em 2010<sup>2</sup>.

Concebendo a infância como construção histórica, cultural e social, etapa marcada por grande aquisição de conhecimentos e valores, na qual as crianças adquirem conceitos e concepções que poderão influenciar na maneira como estabelecerão as relações na vida adulta, nós nos propusemos pesquisar a memória de infância de professoras da Educação Infantil. Nosso objetivo foi investigar como essas mulheres, pedagogas, profissionais da rede pública do município lócus da investigação, vivenciaram/construíram conceitos e concepções de gênero e sexualidade nas suas diversas relações interpessoais, nos espaços privado e público, ou seja, nas suas famílias, com os amigos, os vizinhos, na escola e na igreja, visto que elas foram educadas e cuidadas para corresponder aos comportamentos “ditos” de meninas, conforme os padrões sociais e históricos dominantes.

Para tanto, realizamos entrevistas semiestruturadas com professoras da Educação Infantil da rede pública municipal, funcionárias de 4 (quatro) instituições de atendimento à infância, enfocando suas memórias de infância no tocante às suas concepções de gênero e sexualidade. Participaram do nosso estudo 5 (cinco) mulheres, mães, professoras, formadas em Pedagogia e nascidas na referida cidade. Para escutar as memórias das professoras, nós empregamos a História Oral, que não é recente, mas procura contar uma história com pouco tempo de existência valendo-se da memória de pessoas em condições de relatar fatos e, a partir da recolha deles, nós produzimos documentos.

## ***Gênero, sexualidade e infância: delimitando os conceitos***

Tendo como foco o espaço de atividades da Educação Infantil, ambiente eminentemente feminino<sup>3</sup>, observamos que manifestações de sexualidade infantil, comportamentos e expressões de meninas e meninos, frequentemente provocam muitas angústias, dúvidas e constrangimentos nas/os professoras/es que trabalham cotidianamente com a pequena infância (crianças de 0 a 5 anos).

Essas/es profissionais argumentam que não tiveram problematizada pela academia, inicialmente, e nem depois nas demais formações que empreenderam ao longo de suas trajetórias, a temática de gênero e sexualidade. E, nesse sentido, percebemos que nas suas intervenções, quase sempre, reproduzem os significados e os sentidos que aprenderam ao longo de suas vidas. No dizer de Louro (1997, p. 81), a sexualidade “[...] está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se despir”.

Corroboram com essa reflexão as contribuições de Xavier Filha (2000), quando aponta que apesar de a questão da sexualidade, hoje, passar a ter mais importância e estar revestida de maior preocupação pelas/os educadoras/es, ainda é tema polêmico e constitui um “tabu” no contexto escolar. Segundo a mesma autora:

Apesar de teoricamente existirem estudos acerca da sexualidade infantil, ainda é muito difícil para os adultos aceitarem a sexualidade de meninas e meninos, pois estão imbuídos na própria educação sexual recebida e nos estereótipos masculinos e femininos presentes na sociedade [...] (XAVIER FILHA, 2000, p. 82).

Estudiosa da temática, Dall’Alba (2008) salienta, na sua tese intitulada “Sexualidade: narrativas autobiográficas de educadores/as”, que trazer para o debate a temática das sexualidade e das relações de gênero, quase sempre, envolve lidar com uma rede de discursos moralizantes, disciplinadores, que constituem a prática pedagógica desde a Educação Infantil. A mesma autora ainda argumenta que “[...] tratar as sexualidades na escola implica percorrer esses caminhos, problematizá-los, reinventá-los e é, neste sentido, abordar um tema ameaçador” (DALL’ALBA, 2008, p. 46).

E nessa direção, quando nos propomos trabalhar com a infância e a sua educação, torna-se indispensável refletir acerca da construção histórica desse período da vida. Romanticamente, ele foi caracterizado como de pureza e inocência e, principalmente, etapa de vida assexuada. Mesmo com as contribuições dos estudos de Freud (2006), datados do início do século XX, os quais trouxeram à tona a existência de uma sexualidade infantil, as

relações com a infância continuam a ser construídas sob uma ótica de negação.

Precisamos trazer para a discussão, também, que por muito tempo acreditou-se em uma infância universal, única, absoluta, com especificidades e características dadas pela natureza e, portanto, a criança seria sempre em épocas, sociedades e grupos culturais diversos, diferenciada do adulto. Entretanto, a partir de diversos estudos, hoje compreendemos que muitas são as infâncias e a visão das crianças como indivíduos com particularidades próprias é fruto de longo processo histórico (GOUVEA, 2002).

Acerca da sexualidade, salientamos que para nós ela não faz parte “da natureza” do ser humano. Conforme discussões empreendidas por Weeks (2001), entendemo-la como uma construção social, uma invenção histórica, embora tenha o corpo biológico como suporte. Portanto, importante escrever, concebemos sexualidade como integrante da vida de todos os seres humanos, desde o nascimento até a morte e acreditamos que todos nos encontramos envoltos em uma educação dessa sexualidade desde quando nascemos.

Evidenciamos que a sexualidade não se traduz como sinônimo de sexo, ato sexual ou, ainda, de mais uma “função natural” do ser humano, ou seja, a reprodução. A sexualidade a qual nos referimos tem sentido ampliado: de vida, de comunicação e de relação entre as pessoas e do indivíduo com ele mesmo, com seus prazeres.

E quando apontamos a sexualidade como construção social, faz-se necessário registrar que dentro da nossa perspectiva, ela é perpassada pelas relações de gênero. Entretanto, mesmo que estejam normalmente juntas e precisem ser tratadas como “indissociáveis” (FELIPE, 2008), carecemos discernir que as identidades de gênero e identidades sexuais se diferem.

A partir das contribuições de Louro (1997), escrevemos, a identidade de gênero liga-se à identificação histórica e social dos sujeitos, que se reconhecem como femininos ou masculinos. A identidade sexual está relacionada diretamente à maneira como os indivíduos experienciam seus

desejos corporais: sozinhas/os, com parceiros do mesmo sexo, de outro sexo e, também, com ambos os sexos.

E, ainda, as identidades de gênero e sexuais não se encontram prontas e nem podemos determinar um momento quando estarão definidas, acabadas. Elas são construídas ao longo de toda vida de mulheres e homens. Conforme escreve Louro (1997, p. 27):

Não é possível fixar um momento - seja o nascimento, a adolescência, ou a maturidade - que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a de gênero seja "assentada" ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação.

Cabe ressaltar, também, estamos entendendo gênero como uma "categoria de análise histórica" cujos estudos surgiram no bojo das discussões feministas no século XX, para se contrapor a ideia de "essência feminina". Ou seja, diferente daquela concepção pautada em explicações de determinismo biológico, muitas vezes utilizadas para justificar desigualdades entre mulheres e homens (SCOTT, 1995).

### ***Memórias de infância: apresentando as professoras***

Tendo como pano de fundo essa fundamentação, destacamos, em nosso estudo privilegiamos o trabalho com as memórias. Como aponta Bosi (2007), trabalhar com a memória exige atenção, pois o relatado é tão somente o passado recriado no presente, ou, ainda, a reinvenção do passado pelo presente.

No dizer de Meihy (2002, p. 13), "a História Oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também é reconhecida como história viva".

Em nossa investigação, especificamente, usamos a História Oral Temática, pois focamos nas entrevistas as construções de conceitos e concepções de gênero e sexualidade. De acordo com os escritos de Freitas (2002, p. 21),

esse é um dos gêneros possíveis dessa metodologia, pois "[...] a entrevista tem caráter temático e é utilizada com um grupo de pessoas sobre um assunto específico".

Joutard (2000, p. 33) escreve "[...] cada indivíduo é ator da história [...]", e salienta que uma das fontes inspiradoras dessa metodologia foi possibilitar que a voz dos excluídos, dos marginalizados pela história, daqueles silenciados pela história factual e oficial fosse ouvida. Nessa direção, é imprescindível reconhecer "[...] o papel representado pela história oral no desenvolvimento de uma verdadeira história das mulheres" (JOUTARD, 2000, p. 33).

Sabedores que a História Oral está inteirada com os debates sobre as novas tendências da História Contemporânea e tem como pressuposto que o passado continua hoje e não constitui um processo histórico acabado, e, ainda, conforme escreve Meihy (2002, p. 15) "[...] garante sentido à vida dos depoentes e leitores, que passam a entender a sequência histórica e se sentem parte do contexto em que vivem [...]"; nós entendemos como importante que todas as professoras entrevistadas precisariam ter nascido no município lócus da nossa pesquisa e vivido sua infância na cidade.

Sobre esse nosso recorte, Xavier Filha (2000a) colabora ao discutir as diferentes respostas dadas à pergunta sobre o "termo sexualidade", chamando nossa atenção para os conceitos embutidos nas palavras, como estes são originários de cada sociedade e de cada época. A referida autora escreve que:

O sentido do termo sexualidade poderia ser outro, se fizéssemos a mesma pergunta na década de trinta, ou mesmo, para comunidades contemporâneas, como por exemplo, para uma cidade litorânea e outra para uma comunidade do interior do Brasil. A linguagem e o sentido mudam de acordo com o grupo social e o tempo histórico, já que a linguagem e os conceitos são construções sociais (XAVIER FILHA, 2000a, p. 144).

Nessa direção, fica evidente, quando voltamos nossa atenção para as vidas individuais de professoras, também identificamos uma realidade coletiva que atravessa suas trajetórias e reflete uma estrutura social, na qual suas vidas estão adentradas.

As professoras viveram suas infâncias do fim da década 1960 ao fim de 1970, quando o município lócus do estudo era uma comunidade basicamente constituída por uma população rural, e girava em torno de 70 (setenta) mil habitantes. Nessa perspectiva, trabalhar a infância das professoras da Educação Infantil nos possibilitou reconstituir, conforme escreve Freitas (2000, p. 42-43) “[...] uma memória social de um lugar e de uma época”.

As 05 (cinco) entrevistas utilizadas em nossa pesquisa foram realizadas durante os meses de maio, junho e julho de 2009. Nossas colaboradoras são mulheres, professoras “[...] do tempo presente [...]” (MEIHY, 2002, p. 13). Portanto, foi necessário utilizarmos de nomes fictícios para preservar as profissionais. Nós as nomeamos Amanda, Clara, Gabriela, Mariana e Natália.

Descrevendo brevemente o perfil das professoras, iniciando pela faixa etária, na época das entrevistas elas se encontravam entre os 30 (trinta) e 43 (quarenta) anos. Todas formadas em Pedagogia, apresentando uma variação de mais de dez anos da primeira que se formou para a última (1997/2008). Mas todas já tinham muitos anos de trabalho dedicados à educação, perfazendo uma média de 07 (sete) anos.

Sobre as suas trajetórias profissionais, algumas já trabalhavam como assistentes e/ou ajudantes e buscaram cursar o ensino superior visando atender as novas exigências da legislação e, então, ocupar o cargo de professora. Duas (02) delas fizeram o magistério de 04 (quatro) anos, isto é, com formação também para Educação Infantil. Quatro (04) professoras registraram que já realizaram Pós-Graduação, sendo 03 (três) especialistas em Educação Infantil e uma (01) delas está finalizando a continuidade dos estudos, também na mesma área.

A maioria se formou em instituições superiores particulares instaladas no município, fato que foi motivo do seguinte e recorrente comentário: “as escolas públicas da cidade não ofereciam curso noturno; elas não funcionavam para pessoas que trabalham”. Importante cruzarmos esses dados já apresentados com as informações registradas a seguir sobre as famílias, os esposos e as jornadas de trabalho das professoras, para buscarmos entender e refletir o comentário das entrevistadas.

Somente uma (01) delas tem pai e mãe formados em nível superior; uma (01) tem o pai analfabeto; outra o pai fez o Mobral; e as demais têm pais e mães com fundamental incompleto. Quanto ao grau de escolaridade dos esposos, apenas um (01) deles tem a formação de doutorado e trabalha como professor; dois (02) têm ensino médio e são autônomos; os outros dois (02) trabalham como funcionários em empresas privadas, sendo que um (01) tem fundamental completo e o outro o fundamental incompleto. E sobre a jornada de trabalho, 03 (três) das entrevistadas trabalham dois turnos.

Fica evidente na trajetória das professoras o movimento para mudarem a realidade de suas origens. Nessa perspectiva, elas não se conformaram. Sendo a maioria oriunda de famílias com pouco ou nenhum estudo, investiram nas suas formações, trabalhando e pagando seus cursos. E, pelo grau de escolaridade e o vínculo de trabalho dos companheiros, evidencia-se que elas podem responder por uma grande parcela das despesas da família, pois são profissionais concursadas do município lócus da pesquisa. Tal fato vem sendo detectado por várias pesquisas quer seja as mulheres estão assumindo, a cada dia, mais e maiores responsabilidades, sobressaindo-se nos espaços privado e público.

Em outra vertente de discussão sobre a formação das professoras, observamos que todas buscaram continuar os estudos, fazendo isso também em escolas particulares, que normalmente oferecem cursos aligeirados, que acontecem, quase sempre, nos finais de semana. Partindo dessa constatação, é importante registrar que quando perguntamos sobre o porquê da escolha de trabalhar com a Educação Infantil, praticamente todas se referiram “ao gostar de criança” como o motivo da opção.

De certa forma, demonstram com essas respostas que mesmo frente a todas as discussões empreendidas sobre o reconhecimento da profissão docente, também na primeira etapa da Educação Básica, e a necessidade de formação para realização de um trabalho de qualidade, ainda prevalecem razões sentimentais para explicar as preferências e/ou escolha pelo trabalho com a infância, demonstrando que importantes debates não estão acontecendo nesses cursos.



Nas nossas entrevistas temos, ainda, o depoimento de uma das professoras que quando perguntada se tinha mais alguma outra coisa que gostaria de deixar registrado, como recordação da sua infância, ou do seu dia a dia com as crianças, que ainda não havia relatado ou que nós não tínhamos perguntado e que considerava importante, pronunciou-se assim: “eu acho que o importante, a base, a estrutura, o importante de tudo em relação à Educação Infantil, da criança, é amar o que você faz, amar a sua profissão, você fazer com amor” (Professora Natália).

Podemos remeter essa fala às assertivas históricas que, conforme escreve Meyer (2007, p. 10) determinam que o “[...] lugar natural da mulher é o lar e sua função natural é cuidar da casa e da família [...]”. E, ainda, que o máximo permitido a elas, enquanto possibilidade de trabalho fora de casa é ser professora de criança pequena, que é um “dom” e deve ser realizado com “muito amor”. Nesse sentido, vale registrar que, nas instituições da cidade lócus da investigação, o termo “tia” continua sendo utilizado para se referir às profissionais, fato que ratifica nossas reflexões.

Valendo-nos dos estudos de Auad (2006, p. 65, grifos da autora), que também corrobora com essa perspectiva, temos o seguinte trecho bastante significativo:

[...] as tradicionais representações sobre as mulheres e apóia-se no que chamo de *tríade mulher-mãe-professora* [...] que pode ser explicado da seguinte maneira: Todas as mulheres são *naturalmente* mães. Todas as mães *naturalmente* amam e sabem lidar com as crianças. Ora, todas as mães são *natural e potencialmente* boas professoras de crianças pequenas.

Feitos esses registros, refletimos com D’ Alessio (1998, p. 275) quando esta aponta que “[...] a memória modifica os objetos, as investigações, as abordagens e, também, a escrita da história. Ao introduzir a subjetividade no conhecimento, coloca as sensibilidades, as privacidades e o cotidiano no centro da trama histórica”. Então, vamos “escutar” as professoras para conhecer o que e como se lembram do tempo de menina e tentar entender, analisar e refletir como aquele tempo tem repercutido no tempo hoje.

## ***Educar, cuidar, (con)formar: contando as memórias das meninas***

Iniciamos com Becchi (2003, p. 41), autora italiana, quando nos atenta para o pequeno número de estudos sobre a “[...] tenra idade no feminino”. Apoiada nos pressupostos da psicanálise, ela escreve acerca da importância da relação das mães com as filhas para entendermos a construção das subjetividades das meninas.

A referida escritora, a partir de pesquisa histórica, chama atenção sobre textos franceses dos séculos XVII e XVIII<sup>4</sup> quando estes relatavam sobre a:

[...] existência da proibição da palavra na educação das meninas. Suspeitas de falarem demais e sem razão, consideradas como incapazes de raciocínio, vistas como propensas ao pecado e, de qualquer maneira, frágeis, exatamente pela sua essencial natureza infantil, são mantidas no e em silêncio [...] (BECCHI, 2003, p. 42-43).

Sabemos que em períodos históricos anteriormente referidos, meninas e meninos eram criadas/os por mulheres (mães, amas, irmãs mais velhas, servas) e permaneciam sob a educação e o cuidado destas até os 07 (sete) anos. Entretanto, ainda segundo a escritora, é imprescindível nos alertarmos para a “[...] aparente neutralidade da condição infantil, onde menino e menina parecem compartilhar ritmos e modos de crescimento quase homogêneos” (BECCHI, 2003, p. 41).

Nessa perspectiva, vindo ao encontro da discussão de uma provável diferença de tratamento na educação e cuidado de meninas e meninos, temos as seguintes lembranças das professoras:

Professora Gabriela:

Olha, quanto a isso, minha mãe era um pouco rígida. A formação dela era assim, é... meninos de um lado com mais privilégio. Meus irmãos todos sempre foram criados diferentes das meninas.

Professora Mariana:

Eu sentia o mesmo. Porque os meninos, parece que eles podiam muito mais. Certas brincadei-

ras ou ir mais longe, que nem pescar em córregos longe de casa, eu não podia ir, eu nunca pude, somente os meninos, era coisa de menino.

Professora Natália:

Naquela época as meninas tinham que ajudar em casa mesmo, lavar louça, varrer a casa, varrer quintal, depois que terminava todo o trabalho que poderia brincar. Enquanto isso os meninos estavam no quintal brincando, todos à vontade. Nunca tinha aquele cuidado: os meninos também têm que ajudar. Então tinha aquela separação: meninas têm que ajudar em casa, depois que vão brincar.

Observamos, nas lembranças relatadas pelas professoras, diferenças “bem” determinadas para meninas e meninos, tanto no que diz respeito às brincadeiras, o que um podia e o outro não, como em relação às ditas “obrigações com as tarefas de casa”, que só eram cobradas das meninas.

Ao nos aproximarmos das discussões produzidas por diversos estudiosos da temática, nós apreendemos como as diferenças vão sendo construídas ao longo da vida de meninas e meninos. Como as expectativas que antecedem ao nascimento já começam a demarcar os lugares e os fazeres de um e de outro. Das meninas, é esperado que sejam meigas, frágeis, passivas. Em contrapartida, é cobrada a força, a coragem e a agressividade do menino.

Nessa direção, é imprescindível ressaltar, não almejamos concluir com essas reflexões, como bem pontua Auad (2006, p. 23), que “os homens sempre dominam e as mulheres sempre são dominadas”. Mas, precisa ficar evidenciado que ser menina/ser menino, ser mulher/ser homem não é algo pronto, dado, “natural”, mas histórica, social e culturalmente construído.

Acreditamos ser importante escrever que na família, inicia-se a impressão das primeiras marcas, ou seja, normas, regras, comportamentos, conceitos, que depois se ampliarão com a convivência na comunidade, na escola, na igreja, e outras tantas instâncias das quais as crianças farão parte. Conforme aponta Xavier Filha (2005, p. 197), “[...] qualquer espaço social pode transformar-se em instâncias e práticas pedagógicas, desde que orientados para a constituição de sujeitos”.

Na perspectiva da contribuição da autora, algumas das memórias de infância de três professoras são bem sugestivas. Quando perguntadas sobre como o tema da sexualidade era tratado na infância, se as conversas eram permitidas, se em casa tinha assunto “proibido”, responderam assim:

Professora Clara:

A minha mãe cuidava muito. Ela nunca conversou sobre sexualidade, nem permitia que ninguém falasse sobre isso perto dela, ninguém. Foi a educação que ela teve e ela queria passar isso.

Professora Mariana:

Na minha infância, mesmo, até cinco anos, seis anos, não me lembro de nada. Nada referente, principalmente a sexualidade. Brincava muito com meus irmãos, muito, muito. Mas não me lembro de nenhum comentário sobre sexo.

Professora Natália:

Sobre sexualidade era um tabu comentar. Se fosse comentar, “Menina, o que “que” é isso que você “ta” falando, vai cuidar do serviço. Não pode falar isso. Sempre criticada, bloqueada com isso!

Evidenciamos uma negação da temática da sexualidade na fala das professoras, a ausência de diálogos e esclarecimentos em casa. Nesse sentido, os estudos de Elias (1993 e 1994), sociólogo alemão que produziu vasta teoria sobre os processos de civilização, estudando em oito séculos de história os costumes das sociedades, são significativos para as nossas discussões.

O referido autor buscou compreender as transformações dos comportamentos e a necessidade de proibições e controles para o equilíbrio de forças nas relações sociais. Utilizando manuais de civilidade, Elias pesquisou como foram construídos, ao longo dos tempos, dentro do processo de civilidade, aspectos que fazem a distinção entre o mundo adulto e infantil.

Ele observou como assuntos relativos à sexualidade, ao corpo, às normas de conduta que meninas e meninos precisariam aprender foram sendo encaminhados para o “*fundo da vida social*”, demonstrando as dificuldades dos adultos em tratar dessas demandas, e de como as



crianças precisariam saber distinguir sobre quais eram “os assuntos de adultos” e “os de criança”.

Nesse aspecto, Elias vai apontar que até meados do século XX havia uma chamada “conspiração do silêncio” relativa à questão da sexualidade, que não era tratada na educação das crianças. Pós-segunda guerra, esse espaço se torna mais aberto, tais assuntos são flexibilizados e passam a ser tratados na formação do indivíduo com mais naturalidade, embora seja possível perceber, nas experiências das professoras entrevistadas, grande silenciamento por parte da família.

Compreender tais posturas como uma provável opção das mães em ‘proteger suas filhas’ no espaço doméstico, não nos impede de indagar sobre a formação conservadora de tais instituições e as imposições destes espaços. Desse modo, há que se considerar as inúmeras configurações das quais os indivíduos fazem parte, no caso das crianças, as sonegações impostas são objeto de curiosidade e elas buscarão informações em outras fontes e entre pares.

Destacamos, também, a contribuição de Foucault (2009, p. 10), ao apontar que numa sociedade com tradição de cultura religiosa e conservadora, “as crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interdité-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado”. Tal pressuposto também pode ser percebido nas falas e nas experiências das mulheres por nós ouvidas.

Como discutido anteriormente, salientamos que os gêneros se constroem e se reproduzem nas e pelas relações de poder e desde o nascimento, mulheres e homens, meninas e meninos, são levados a agir, falar e se comportar de formas diferentes, pois a eles são ensinadas formas diferentes de ser e estar no mundo (SCOTT, 2005). Nessa perspectiva, Dall’Alba (2008, p. 59) contribui escrevendo que “[...] através de longo e constante aprendizado cada um vai sendo colocado em seu lugar: menino/menina; filho/filha; aluno/aluna; marido/mulher; pai/mãe; professor/professora, entre tantas posições de sujeito”.

Tal discussão pode ser observada no depoimento de uma das entrevistadas que, quando perguntada como se lembrava de ser educada e cuidada para corresponder aos comportamentos “ditos” de meninas e conforme padrões sociais e históricos dominantes, respondeu:

Professora Clara:

A minha mãe me cercava de cuidados. Ela tinha o cuidado para eu não me masculinizar muito. Ela não aceitava que eu brincasse de bola. Nem jogar vôlei nada, nunca aceitou, nem na escola. Quando eu fui para a escola ela não gostava de jeito nenhum, queria me tirar da Educação Física, que isto me deixava muito parecida com os meninos.

No depoimento, verificamos o tipo de educação que a menina recebe da família, principalmente se referindo à mãe. A professora cita os cuidados, as estratégias e até proibições utilizadas. Percebemos, assim, a distinção no tipo de brincadeiras que seria adequada para a filha, menina frágil que poderia “se quebrar”.

Ainda sobre as preocupações e recomendações da mãe, a professora relata de forma categórica o receio que ela tinha a um “possível desvio” que poderia ser causado na “feminilidade” da filha se ela não só realizasse as brincadeiras ditas “masculinas”, mas também participasse dos jogos da escola. A menina poderia, segundo a professora relata nas suas memórias, ficar “muito parecida com os meninos”.

Louro (1995) discute essas assertivas apontando que a categoria gênero está imersa nas instituições sociais como família, escola, igreja e outras, e que todas elas são “generificadas”, ou seja, expressam as relações sociais de gênero. Nesses contextos, as relações de gênero são perpassadas pelas relações de poder, que vão sendo incorporadas nas vidas de meninas e meninos desde a mais tenra idade.

Nessa perspectiva, vale discutirmos a ideia pré-concebida de que a heterossexualidade é reconhecida como ‘natural’, normal e universal e, portanto, qualquer pessoa que se afaste dessa “natureza” é considerada anormal. Louro (2001, p. 17) escreve como “é curioso observar [...]

o quanto esta inclinação é alvo da mais meticulosa, continuada e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento”.

Sobre estas atitudes da sociedade, temos o seguinte relato:

Professora Clara:

Eu via assim nas pessoas, às vezes eu via muita maldade na sociedade. Na idade de 10 a 13 anos, eu comecei a fazer as minhas amiguinhas. Então quando você tem uma amiguinha, você quer ficar grudada o dia inteiro. E quando fazia de tudo, ia para a escola, quando voltava ficava lá no portão com a amiguinha. Às vezes as pessoas “maldavam” isso. Ah, você anda de mão dada com a sua coleguinha, você vai virar sapatona. E até algumas vizinhas começaram a falar para a minha mãe, não, não deixa muito, muito perto assim não.

Constatamos que a professora, quando perguntada sobre as suas relações, brincadeiras, contatos com amigos, colegas, vizinhos, lembra sobre o que ela denomina “a maldade da sociedade”. A professora Clara é filha única, criada no meio dos irmãos, sempre muito vigiada, muito cuidada, como relato dela em outra pergunta. Ter amiguinhas, tão significativo no seu modo de contar sobre as amizades criadas no fim da infância e início da adolescência, tornou-se motivo de preocupações e recomendações por parte da vizinhança, demonstrando as práticas de policiamento e cerceamento da sexualidade, pois ela era cuidada duplamente: não poderia se “masculinizar” nas atividades físicas, mas também não poderia conviver muito com mulheres para não se “desviar” da norma heterossexual.

Foucault (2009) observa que mecanismos específicos de conhecimento e poder centrados no sexo conjugaram-se, desde o século XVIII, por meio de uma variedade de práticas sociais e técnicas de poder. Ele escreve que a sexualidade de mulheres e crianças, o controle do “comportamento procriativo” e a demarcação de perversões sexuais, vistas somente pela ótica de patologia individual, produziram, ao longo do século XIX, quatro figuras inventadas no interior de discursos reguladores: a mulher histórica, a criança masturbadora, o casal que utiliza

formas artificiais de controle da natalidade e o “pervertido”, especialmente o homossexual.

Nesse aspecto, refletindo acerca da teoria, percebemos como essas “figuras inventadas” estão presentes no imaginário social e no senso comum. E todo o cerceamento e o cuidado são no sentido de não infringir a norma. A busca é por padronizar o modelo de sexualidade imposto pelo corpo biológico, ou seja, ela nasceu menina, então precisará se comportar de acordo com o modelo considerado feminino para o seu grupo social. No caso das mães lembradas pelas entrevistadas, ficou evidente, foram as mulheres que reproduziram essa lógica social à medida que educaram suas filhas nos mesmos moldes os quais foram educadas. Tal aspecto é presente ao longo das entrevistas e permitiria uma reflexão mais aprofundada, mas que não caberia no espaço deste artigo.

### *Algumas considerações*

Acreditamos em um fazer-se menina/mulher diferente da visão amplamente difundida de uma “essência feminina”, diferente da ideia pré-concebida de que tudo já vem “dado” e é “natural”, ou seja, já está determinado que a menina precisa ser meiga, educada, sensível, cordata, pois, no futuro, a mulher ocupará o lugar de boa mãe, esposa submissa e dona de casa prendada. Entendemos que as maneiras de educar, cuidar, formar e (con)formar as relações de gênero e as sexualidades são históricas e cremos que tais temáticas podem hoje fazer parte e ser entendidas e vividas diferentemente, em universos distintos.

Para este artigo, escolhemos algumas vezes que nos contaram, ao serem solicitadas a lembrar de suas infâncias, de quando eram crianças em um município localizado no interior da região Centro Oeste, uma cidade quase rural. São depoimentos ditos por professoras que, na sua maioria, trabalham os dois turnos do dia com crianças, mães, esposas, que viveram/construíram, nas suas relações interpessoais no espaço privado, o silêncio, a repressão, a negação, a ausência de diálogo sobre as temáticas por nós investigadas.

Nas memórias de infância das professoras da Educação Infantil, as concepções acerca de gênero e sexualidade

adquiridas nas relações com a família evidenciam-se permeadas de dúvidas, medos, constrangimentos, vergonha. Ficou evidente uma relação muito próxima e cotidiana com as mães, e que a educação e o cuidado das/os filhas/os ficava a cargo destas, que, de certa maneira, repassaram seus conceitos/preconceitos às/aos filhas/os.

Quanto às falas relativas à maneira como foram educadas/os e cuidadas/os meninas e meninos, pronunciaram-se que, para elas, foram negadas as possibilidades de aprendizados diferenciados, situações que, às vezes, as levaram a burlar as normas e aprender escondido. Recordaram de meninas presas, que não podiam ir longe de casa, as quais foram negadas viver as mesmas aventuras que os meninos vivenciavam, pois eles podiam sair e correr livres.

Além disso, mostraram-se muito ressentidas com as diferenças em relação às obrigações com as tarefas da casa. Antes de brincarem, sempre vigiadas, cuidadas, podadas e bem instruídas para não se excederem, tinham que realizar os serviços domésticos, dos quais os meninos eram liberados. Portanto, percebemos que as assertivas das diferenças dos gêneros, das desigualdades de oportunidades, dos lugares previstos para meninas/meninos, mulheres/homens fizeram parte da infância familiar das nossas colaboradoras.

Outras lembranças dizem respeito às preocupações e recomendações das várias instâncias para que elas se cuidassem, referindo-se ao receio de um “possível desvio” que poderia ser causado na “feminilidade” se realizassem brincadeiras ditas “masculinas”, bem como participassem de jogos e brincadeiras “agressivas”. A ideia recorrente é de que poderiam se masculinizar e/ou ficarem muito parecidas com os meninos. Evidenciou-se, portanto, que as professoras foram cuidadas e educadas para viver uma feminilidade exigida como a legítima, assim como uma única forma considerada normal e sadia de sexualidade, que seria a heterossexualidade.

Para finalizar, importante registrar, acreditamos ser imprescindível enfrentar desafios e fazer a travessia por diferentes caminhos. Sendo assim, nós continuamos evidando esforços com o firme propósito de questionar “certezas”, rever conceitos e preconceitos em uma temá-

tica que a maioria ainda prefere deixar “esquecida” e/ou ver “silenciada”.

## Notas

1 Projeto de pesquisa intitulado “História e Memórias de Infância: Identidade de Gênero na Formação de Professoras da Educação Infantil”, desenvolvido de agosto de 2008 a agosto de 2012.

2 A dissertação foi intitulada “Memórias de Infância de Professoras da Educação Infantil: Gênero e Sexualidade”.

3 O município, lócus da pesquisa, tinha na época do nosso estudo, trabalhando nas instituições de Educação Infantil da rede pública, apenas 1 (um) homem.

4 J. Pascoal, *Règlement pour lês enfants de Port Royal*; Fénelon, *De l'éducation des filles*; e Rousseau, *Emile ou de l'éducation*, em Becchi, 2003, p. 42.

5 O conceito citado foi trabalhado por Elias (1994), quando este aponta como no curso do processo civilizatório as pessoas vão suprimindo de si características que julgam incivilizadas ou “animais” e vão retirando da vista o desagradável. No dizer do autor (p. 128, grifos do autor) “O repugnante [...] é removido para o fundo da vida social”.

## Referências

AUAD, D. *Educar Meninos e Meninas: relações de gênero na escola*. São Paulo, Contexto, 2006.

D'ALESSIO, M. M. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. In: *Projeto História*. São Paulo. Nº 17, p. 1-495. Educ-FAPESP. 1998.

BECCHI, E. Ser menina ontem e hoje: notas para uma pré-história do feminino. *Pro-Posições*, Campinas, São Paulo, v. 14, nº 3(42)-setembro/dezembro. 2003.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 14ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DALL'ALBA, L. *Sexualidade: narrativas autobiográficas de educadores/as*. Porto Alegre, 2008. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, 2008.

ELIAS, N. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, N. *O processo civilizador, volume 2: formação do estado e civilização*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FELIPE, J. Proposta Pedagógica. Educação para a Igualdade de Gênero. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Edu-

cação a Distância. *Salto para o Futuro*. Educação para a Igualdade de Gênero. Ano XVIII. Boletim 26. Novembro de 2008.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 19ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

FREITAS, S.M. de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FREUD, S. *A sexualidade infantil* [1905]. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GOUVEA, M.C.S. de. Infância, Sociedade e Cultura. In: CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M.(Orgs) *Desenvolvimento e Aprendizagem*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

JOUTARD, P. Desafios da História Oral para o século XXI. In: FERREIRA, M, FERNANDES, T & ALBERTI, V. *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

LOURO, G. L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. In: *Educação e Realidade*. v. 20, nº 2, jul./dez., 1995.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G.L.(Org.) *O corpo educado: pedagogia da sexualidade*. Trad. artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MEIHY, J.C.S.B. *Manual de História Oral*. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 2 n. 16, p. 5-22, julho/dezembro. 1995.

XAVIER FILHA, C. *Educação sexual na escola: o dito e o não-dito na relação cotidiana*. Campo Grande. 1998. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul-UFMS; Ed. UFMS, 2000.

XAVIER FILHA, C. Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Sexualidade. In: URT, S. da C. (Coord. E Org.). *Psicologia e práticas educacionais*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000a.

XAVIER FILHA, C. *Discursos da intimidade: imprensa feminina e narrativa de mulheres-professoras brasileiras e portuguesas na segunda metade do século XX*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Educação), FEUSP-USP. São Paulo, 2005.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G.L. (Org.) *O corpo educado: pedagogia da sexualidade*. Trad. artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Recebido em: 26/02/2014

Aceito em: 10/03/2014

Publicado em: 30/04/2014